

ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIAS VERIFICADAS EM CRIANÇAS E ADULTOS

Introdução

Dentre as várias fontes de informação a que recorreremos ao ortografar são comumente citadas a fonológica, a ortográfica, a de informação específica da palavra (Dreyer, Luke e Melican, 1995). Recorrendo à fonte fonológica destinamos grafemas aos fonemas detectados na pronúncia da palavra, o que exige habilidade de segmentação fonêmica, habilidade considerada de desenvolvimento precoce. Recorrendo à informação ortográfica selecionamos os grafemas de acordo com o nosso conhecimento das regularidades e dos padrões gráficos, prescritos pelas convenções e restrições de um sistema ortográfico particular. Recorrendo à informação específica da palavra, selecionamos, dentre grafemas alternativos, aqueles não previsíveis quer pela informação fonológica, quer pela ortográfica, mas legitimados pela ortografia para a escrita da palavra.

Em uma pesquisa transversal-longitudinal que estamos desenvolvendo sobre a aquisição ortográfica (558 textos de crianças de 1ª a 4ª série, de escolas públicas e particulares, do Ceará e Paraná), encontramos evidência de ser a informação específica da palavra a fonte predominantemente recorrida. A informação da imagem ortográfica de palavras ou de partes de palavras armazenadas na memória parece ser o fator determinante na detecção e retenção de seqüências fônicas. Do mesmo modo, quando escrevemos, essa informação é que parece predominar sobre as considerações para com as restrições e convenções do sistema ortográfico.

A recorrência à informação específica da palavra pode ser verificada na grafia de palavras de grafemas imprevisíveis, ou seja, grafemas impossíveis de eleger por regras de correspondência fone-letra ou letra-fone. Por exemplo, a palavra [asu] pode ter o fonema consonantal representado por **ss** ou **ç**. A seleção do grafema correto depende do conhecimento da forma gráfica específica da palavra, o que, no caso de homófonas, implica também conhecimento do significado a ela correspondente.

Ao escrevermos a palavra [asu], a informação ortográfica poderia nos ajudar a não optarmos por **s** ou **c**, uma vez que o uso de **s** resultaria em [azu], e do

c, em [aku], pois a relação fone-letra não é reversível em letra-fone, mas regulada por regras distribucionais. As considerações por tais regras distribucionais ajudariam a eliminar alguns grafemas alternativos, mas não seriam suficientes para a seleção do grafema convencionalizado pela ortografia. A informação fonológica seria de alguma confiabilidade na seleção dos grafemas representativos das vogais. Na escolha daqueles correspondentes aos fonemas consonantais, se a palavra já foi ouvida muitas vezes em vários contextos fonológicos também essa informação poderia ser confiável. Entretanto, se nos deparamos com uma seqüência fônica que ouvimos pela primeira vez, a informação fonológica precisa dificilmente é captada, sobretudo se a seqüência apresenta uma estrutura segmental complexa, o que provoca a introdução de muitas modificações na percepção e retenção do todo fônico.

Essas modificações na estrutura segmental, realizadas por trocas, supressão, inversão, acréscimo de letras são muito freqüentes nos textos infantis, especialmente nos de 1ª série, em crianças que recém construíram os princípios de base alfabética da escrita. Embora saibam que a cadeia fônica guarda correspondência com as seqüências gráficas, seu repertório de imagens ortográficas de palavras é ainda muito pequeno. A impossibilidade de contar com representações gráficas que estabilizem a instabilidade das realizações fonéticas dificulta a manipulação da informação fonológica acessada.

A instabilidade da realização fonética da estrutura segmental pode ser evidenciada nas representações gráficas das vogais nasais, freqüentemente, na escrita inicial, apresentadas sem a letra que marca a nasalidade. Plagiando Olson, diríamos que é a imagem ortográfica de palavras com **n** ou **m** pré-consonantais o que permite ouvir a vogal nasal no interior da palavra, sobretudo em sílabas átonas.

Em pesquisa anterior (Moreira, 1991), já havíamos constatado o papel desempenhado pela presença de uma nasal pré-consonantal no nome próprio na construção da representação da nasalidade. Durante a fase de descoberta do que deve ou não ser representado na escrita, crianças de um mesmo nível ortográfico apresentam desempenho significa-

tivamente distinto em relação ao uso da nasal pré-consonantal na dependência de terem ou não uma nasal em seu próprio nome.

Em pesquisa que estamos desenvolvendo atualmente, constatamos que o ambiente mais propício à representação da nasalidade é o de sílabas sem onset, constituídas apenas pelo núcleo vocálico e geralmente em posição inicial de palavra. Crianças com um pequeno repertório de imagens ortográficas estocadas, freqüentemente omitem a nasal pré-consonantal em sílabas não iniciais e/ou de onset complexo, mas a representam naquelas constituídas sem onset. Lansênio, criança de 1ª série de escola pública cearense, bem exemplifica o que estamos descrevendo. Escreve *ma dou* [mandou], *sicotrou* [se encontrou], *grade* (3 vezes) [grande], mas *em go liu e umnia* [unha].

O que parece estar em jogo na representação da nasalidade tem, a princípio, uma dimensão conceitual - é necessário construir a conceitualização de que a nasal é representada. Construída essa conceitualização, parece entrar em jogo uma outra dimensão, a perceptual auditiva - é necessário acessar a informação fonológica de cada diferente palavra com vogal nasal.

O acesso à informação fonológica, que é facilitado quando se tem a imagem ortográfica de palavras específicas com nasal, não é suficiente, contudo, para o uso escrito convencional da nasal pré-consonantal. É necessário ainda uma outra informação - a ortográfica. Esta é que impõe normas de emprego do **n** ou **m** de acordo com o contexto em que a letra é usada. O fato de a nasal pré-consonantal ser um grafema dependente do contexto torna-a um grafema ortograficamente previsível, o que necessariamente implica a percepção da não reversibilidade das relações som-letra / letra-som (sabe-se, por exemplo, que [ã] antes de consoante é grafado com *an*, mas nem todo *an* é adequado para transcrever [ã]; em certos casos, *am* é a seqüência gráfica ou o grafema múltiplo adequado).

Em nossa análise dos textos infantis, tomamos como variável independente a nasal pré-consonantal e correlacionamos seu uso ao de outros grafemas previsíveis e imprevisíveis. Uma correlação estatisticamente significativa foi verificada entre nasal e grafemas imprevisíveis. Crianças que usam convencionalmente a nasal diferem significativamente das que a omitem ou substituem na grafia de palavras que apresentam grafemas imprevisíveis. Por exemplo, crianças de uso convencional da nasal apresentam significativamente mais acertos em palavras como *Chapeuzinho*, *chegou*, *docinhos*, *feliz*, *melhor*, *nariz*, *vermelho*, *vez*, *vovozinha*. Todas essas palavras têm grafemas imprevisíveis. As mesmas crianças, contudo, têm desempenho similar em palavras de grafemas previsíveis, como, por exemplo, *boca*, *dela*, *floresta*, *netinha*.

Além disso, as crianças de uso convencional da nasal não se diferenciam das que a omitem ou substituem no uso de grafemas previsíveis por regras de posição. O uso do **o** final transcrevendo [u],

o uso de **rr**, transcrevendo [h], não diferencia os grupos quando examinamos todas as palavras que levam tais grafemas. No entanto, os grupos se diferenciam na escrita das palavras *caminho* e *barriga*.

O que parece orientar o desempenho ortográfico no uso da nasal pré-consonantal não é a informação ortográfica, mas a informação específica da palavra. Se fosse a ortográfica, a opção por **n** ou **m** seria regida pelas regras de distribuição, e as crianças que fazem as escolhas corretas também considerariam essas regras quando tivessem que optar por **r** ou **rr**, por **o** ou por **u**. Mas não é o que ocorre: as crianças de uso convencional e as que trocam **n** por **m** ou vice-versa não se distinguem no uso desses grafemas regidos por regras de distribuição.

Dáí a nossa hipótese interpretativa de que no desempenho ortográfico a recorrência a regras ortográficas ou a regras de correspondência entre sons e letras exerce um papel bastante secundário. Ao escrevermos não pensamos em letras singulares, mas sim em blocos de letras, que guardam correspondência com blocos fônicos. Tais blocos podem corresponder a elementos intrassilábicos, sílabas, elementos que ultrapassam a sílaba, morfemas ou palavras.

Essa hipótese interpretativa encontraria respaldo se adultos com nível de escolaridade superior (professores de Português do 2º. grau), submetidos a um ditado de pseudopalavras, apresentassem evidências de baixa recorrência à informação fonológica e à ortográfica. Colocando em outros termos, a presença de grafias fonemicamente implausíveis para pseudopalavras ditadas ou a infringência às restrições ortográficas na escrita dessas palavras seriam evidências para o papel preponderante da informação específica de palavras na ortografia.

Uma determinada grafia é considerada fonemicamente plausível quando os grafemas que a constituem transcrevem, de acordo com as regras de correspondência letra-fone e fone-letra, uma determinada seqüência fônica que lhe seja correspondente. Isso pode ocorrer independentemente de terem sido observadas as restrições ortográficas. Por exemplo, a grafia *cênpri* é fonemicamente plausível para a seqüência fônica [sẽpri].

De modo contrário, uma grafia é considerada fonemicamente implausível quando os grafemas que a constituem não permitem a recuperação fiel da seqüência fônica que representa. Por exemplo, a grafia *chêmbri* é fonemicamente implausível para a seqüência [sẽpri]. O uso de grafias fonemicamente implausíveis revelaria a complexidade de se recorrer à informação fonológica quando não se tem uma imagem gráfica da palavra que possa ancorar a forma fonológica que deve ser retida e controlada ao ser representada na escrita.

Grafias fonemicamente plausíveis, como *cênpri*, ou implausíveis, como *chêmbri*, podem apresentar grafemas regulados por regras de variação posicional (no segundo exemplo o uso do *m* antes de *b*); podem apresentar acentos gráficos regulados

pelas regras de acentuação de palavras (nos dois exemplos, acento em paroxítona terminada em i). A consideração por regras distribucionais ou acentuais evidenciaria recorrência à informação ortográfica.

Hipóteses

1. Sujeitos com nível superior de escolaridade tendem a modificar a estrutura segmental de palavras cujas imagens acústicas e gráficas não lhes são familiares.
2. Sujeitos com nível superior de escolaridade, mesmo instados a considerar as convenções ortográficas de sua língua, infringem as regras de variação distribucional, as de acentuação gráfica e as de emprego de grafemas na escrita de pseudopalavras.
3. Na ortografia de palavras, as estratégias ortográficas e as fonológicas são preteridas às mnemônicas.
4. As estratégias mnemônicas, no caso da grafia de pseudopalavras, revelam-se na recuperação de seqüências gráficas armazenadas na memória.

Experimento

O experimento constou de uma tarefa de ditado de pseudopalavras para 19 professores do 2º grau, todos graduados, participantes de um programa de capacitação. Em ambiente natural, sala de aula silenciosa com carteiras dispostas em semi-círculo, foram ditadas 10 pseudopalavras, acompanhadas da recomendação explícita de que fossem escritas de acordo com as regras ortográficas do português. As palavras, repetidas tantas vezes quantas os sujeitos solicitaram (em geral de 4 a 5 vezes), continham elementos cuja recuperação gráfica ora exigia a consideração por regras de variação posicional, ora por regras de acentuação e, em um caso, por regra concernente ao emprego do grafema *x*. Ao final do ditado, recolhidas as fichas em que foram escritas as palavras, todas as formas gráficas, agrupadas por palavra ditada, foram escritas no quadro e alvo de uma discussão, conduzida pela pesquisadora. Tal discussão teve por objetivo levar os sujeitos a explicitarem os motivos pelos quais haviam usado determinados grafemas.

Resultados

1 Fonte de informação fonológica

As formas gráficas plausíveis para as formas fonológicas ditadas distribuíram-se, no total, meio a meio: houve quase tantas modificações da estrutura segmental quanto preservações (51 e 49%, respectivamente). A metade das pseudopalavras apresentou mais grafias fonemicamente implausíveis do que plausíveis (52 a 98% de grafias implausíveis). Na outra metade, esse percentual ficou entre 16 e 42%.

As grafias fonemicamente implausíveis com percentual acima de 50% apresentavam complexi-

dade fonológica ou gráfica - vogal nasal, dígrafo, encontro consonantal. As de percentual inferior, abaixo de 20%, apresentavam apenas sílabas constituídas por uma consoante no onset.

Ocorrências de representações gráficas com preservação ou modificação da estrutura segmental da palavra ditada

Palavra ditada	preservação	modificação	Total
[hõ'sihew]	02 11%	17 89%	19
[peʒ'kãtu]	02 11%	17 89%	19
['kreyja]	04 21%	15 79%	19
['frilya]	08 42%	11 58%	19
[sĩha'suki]	09 47%	10 53%	19
[prihi'ta]	11 58%	08 42%	19
['fraɮu]	13 68%	06 32%	19
[o'rita]	16 84%	03 16%	19
[a'lãzãw]	16 84%	03 16%	19
[fa'teriku]	16 84%	03 16%	19
Total	97 (51%)	93 (49%)	190

As modificações introduzidas na estrutura segmental variaram mais em relação a consoantes do que a vogais; mais em relação a sílabas átonas do que a tônicas. Dentre as consoantes ditadas, a que sofreu maior incidência de percepção desviante foi a fricativa velar em sílaba pós-tônica, [h] em [hõ'sihew].

Foram observados os seguintes tipos de modificações introduzidas na estrutura segmental:

Modificação	Forma ditada	Exemplos	rocíneo
Oralação de vogal nasal	[hõ'sihew] [sĩha'suki]	roucindel cirasuque	rocíneo
nasalização de vogal oral	[hõ'sihew]	roncínrel	concinrel
troca de surda por sonora	[sĩha'suki] [peʒ'kãtu] [fa'teriku] ['kreyja] [o'rita]	sirrassugue beijalando fraderico greicha orida	sinrazuki beslhando
troca de [h] por [k]	[hõ'sihew]	consínrel	
troca de [h] por [ʒ]	[hõ'sihew]	roncingel	
troca de [h] por [n]	[hõ'sihew]	roncínrel	
troca de [h] por [d]	[hõ'sihew]	roucindel	
troca de [s] por [ʃ]	[hõ'sihew]	rochireo	
troca de [l] por [ɮ]	['fraɮu]	frálio	
troca de [ɮ] por [l]	['frilya]	frilha	
troca de [r] por [l]	[fa'teriku]	fatélico	
troca de [z] por [ʒ]	[a'lãzãw]	alanjan	
troca de [k] por [t]	['kreyja]	treicha	

2 Fonte de informação ortográfica

2.1 Regras de variação posicional

Os percentuais mais altos de inobservância às restrições de variação posicional ocorreram na representação dos fones [h] e [s] intervocálico (44%). Sabemos que professores de português do 2º grau têm conhecimento das regras de variação distribucional. Assim, sabem que a letra *s* entre vogais tem som de [z]; que a letra *r* entre vogais tem som de [r]; que *m*, como marca de nasalidade, só é

usado antes das letras **p** e **b**. Mas não basta o conhecimento das regras.

Na verdade, na discussão seguida ao ditado, vários sujeitos mostraram-se surpresos pelo fato de não terem seguido uma regra que conheciam. O que podemos inferir é que o conhecimento de regras nem sempre parece estar disponível, sobretudo se o contexto de produção escrita instaura demandas competitivas de atenção (atenção para com a retenção da forma fonológica e a conseqüente segmentação fonêmica da palavra desconhecida; atenção para com as regras de correspondência letra-fone e fone-letra). Se a indisponibilidade de recorrência a regras ocorre numa tarefa de ditado de palavras, em que a monitoração da atenção teoricamente estaria restrita à palavra que vai ser escrita, o que se poderia esperar numa tarefa de produção de texto quando o produtor tem que lidar com uma multiplicidade de aspectos?

A inobservância das restrições contextuais não se pode dever à inabilidade ou desconhecimento dos sujeitos do experimento. Tempos atrás (Moreira, 1986), numa tarefa de ditado e de leitura de pseudopalavras, constatamos procedimentos similares em alunos de pós-graduação. Na palavra [s̃iha'suki], 46% dos sujeitos representaram o fone [s], intervocálico, pela letra *s*. Isso não apenas ocorreu na escrita, mas também na leitura: ao lerem a palavra *pasuca*, 31% dos mesmos sujeitos, realizaram o *s* intervocálico como [s].

Se tomamos como ponto de partida, na ortografia de palavras, o uso de regras aprendidas, as regras de variação posicional preencheriam os critérios para serem aprendidas: são simples, fáceis de descrever e de lembrar (Krashen, 1982). Se, além disso, consideramos as condições favoráveis a uma escrita monitorada, elas seriam atendidas na situação de ditado de pseudopalavras, tarefa que possibilita focalizar a forma em vez do conteúdo e propicia tempo suficiente para pensar sobre as regras envolvidas e usá-las, já que cada distinta palavra é escrita separadamente. Supondo-se haver conhecimento das regras e condições favoráveis à sua aplicação, seria de esperar que a totalidade dos sujeitos observassem as regras distribucionais. Não é isso, contudo, o que ocorre.

Uma explicação possível para esse fato intrigante seria que o processo de segmentar fonologicamente palavras não familiares impediria a consideração por blocos ou seqüências. Assim, crianças e adultos face a tais palavras recorreriam ao que Lemle (1980) denominou “valor fonético ‘normal’ da letra” e usariam a letra *s* para transcrever [s] e *r* para [h]. Essa explicação, contudo, não dá conta de outros casos que ocorrem embora com menor frequência, como o uso de *rr* depois de nasal, transcrevendo [h]; *rr* intervocálico transcrevendo [r]; *m* an-

tes de *c*. Todos esses casos podem ser vistos no quadro abaixo.

Não podemos desprezar o fato de que na maioria das palavras foram observadas as regras de distribuição. Contudo, dentre os 19 sujeitos, apenas 5 não as infringiram pelo menos uma vez, chegando alguns a infringi-las 3 vezes em uma mesma palavra, como o que escreveu *cirasuquí* para [s̃iha'suki].

Regras de distribuição	Palavras ditadas	Grafias infringentes
[s] / Vg_Vg -> SS / Ç	[s̃iha'suki]	cinrasuque 6 / 18 (33%)
[h] / Vg_Vg -> RR	[prihi'ta]	pririta(r) 12 / 23 (52%)
	[s̃iha'suki]	cirasuquí
[h] / N_ -> R	[hõ'sihew]	roncínrrrel 2 / 13 (15%)
		cinrrassuque
[r] / Vg_Vg -> R	[õ'rita]	orrita 2 / 19 (11%)
[õ] / _C -> ON	[hõ'sihew]	romcinrel 2 / 14 (14%)
		Total 24 / 87 (28%)

2.2 Regras de acentuação gráfica

As regras de acentuação gráfica são sabidas de cor: acentuam-se paroxítonas terminadas em **-el**, por exemplo, *possível*. Embora se tenha conhecimento da regra, este conhecimento parece ser usado dependentemente das palavras a que se aplica. Serviria mais para confirmar, após a escrita, a configuração gráfica de palavras que escrevemos automaticamente, do que para antecipar a grafia de palavras desconhecidas. Assim, os mesmos sujeitos que acentuam *possível* não acentuam *ronsírel*. Os mesmos que acentuam *bênção* não acentuam *alânção*.

O que parece determinar o uso do acento não é o conhecimento da regra, mas sim o fato de se ter a imagem ortográfica da palavra acentuada ou de blocos de letras que levam acento, geralmente maiores do que uma sílaba. Sabe-se, por exemplo, que toda proparoxítona é acentuada. Do ditado constava a palavra [fa'teriku] que foi acentuada por 17 dentre os 19 sujeitos (89%). No entanto, isso não se deveu ao fato de ser proparoxítona, mas sim à presença da terminação *-érico*, (*Américo*, *histérico*, *numérico*, *genérico*, *colérico*, *esférico*). Ratifica essa interpretação o baixo índice de acento em uma outra proparoxítona - [*'milipu*] - usada em outro experimento com alunos de Pós-Graduação em Linguística. Apenas um dentre 8 sujeitos acentuou a palavra.

Ocorrências de grafias com infringência às regras de acentuação gráfica.

Dentre os 19 sujeitos, apenas um acentuou todas as formas em cumprimento às regras de acentuação. Em 14 ocorrências de palavras terminadas em [*'aliw*] ou [*'iliw*], 11 foram acentuadas. Embora a terminação *-álio* não seja freqüente no português, *-ália* e *-ílio(a)* o são: *dália*, *Itália*, *Ismália*, *Natália*, *sandália*; *cílio*, *auxílio*, *exílio*, *Virgílio*, *família*, *Cecília*, *Emília*, *mobília*. Pensamos que o bloco - vogal tônica seguida de *-lio*, *-lia* - é responsável pela incidência de acento gráfico nestas palavras mais do que a regra que prescreve o acento em paroxítonas terminadas em *-io*, *-ia*.

Regras de acentuação	Palavras ditadas	Grafias sem acento
paroxítonas terminadas em -eo, -el	[hõ'sihew]	ronsirel 9 / 19
paroxítonas terminadas em -ia	['frilya]	frilia 3 / 8
paroxítonas terminadas em -i	[ših'a'suki]	cinrassuqui 3 / 3
paroxítonas terminadas em -ão	[a'lãzãw]	alanzão 15 / 16
paroxítonas terminadas em -u	[peʒ'ãtu]	beijantu 1 / 1
paroxítonas terminadas em -r	['tēbah]	tembar 5 / 8*
paroxítonas terminadas em -n	[a'lãzãw]	alanzan 3 / 3
proparoxítonas	['milipu]	milipo 7 / 8*
	[fa'teriku]	faterico 2 / 19
oxítonas terminadas em -a	[prihi'ta]	priirita 3 / 3
	['ha]	ra 7 / 8*
		Total 59 / 95 = 62%
	Observância às regras 38%	

* Palavras de outro experimento com alunos de Mestrado

2.3 Regras ortográficas pontuais

Dentre as palavras ditadas, apenas uma apresentava grafemas alternativos regularizados por regra. Tratava-se de ['kreyʃa], em que o [ʃ], por ocorrer após ditongo, é transcrito por *x*. Apesar de os sujeitos conhecerem tal regra, conforme atestaram na discussão que se seguiu ao ditado, 53% (10/19) deles não a aplicaram e usaram *ch*. Alguns até mesmo se mostraram surpresos por este fato. A preferência por *ch* para transcrever o fone [ʃ], também observada nas grafias infantis, sugere a interferência do grafema dominante na escrita de palavras desconhecidas. Na língua portuguesa *ch* é mais produtivo do que *x* na transcrição de [ʃ].

3 Estratégias mnemônicas (recuperação de seqüências gráficas)

As estratégias mnemônicas, no caso de pseudopalavras, consistem em associar parte de uma estrutura fonológica a seqüências gráficas conhecidas. Por vezes, essa associação se dá com prejuízo da estrutura fonológica. Em outras palavras, as seqüências de letras produtivas na língua se impõem sobre as seqüências fônicas ouvidas. As seqüências de letras podem corresponder a morfemas lexicais ou gramaticais. Não se observou qualquer ocorrência de seqüências gráficas que infringissem a grafotática do português a fim de recuperar graficamente os sons ditados. As sílabas iniciais da palavra [peʒ'ãtu], por exemplo, jamais foram representadas como *pejlhanto*. Suas representações ou se amoldavam a raízes pertencentes à língua ou, mais raramente, a formas gráficas que possibilitavam a recuperação de sua estrutura fonológica no dialeto cearense. Citamos alguns exemplos:

peslhanto	
beijjianto	beislhando
beijjanto	beslhando
beijjianto	beigiando
beijjanto	beijalando
pegeanto	beijjandolho
bejanto	
bejantu	
peigijianto	

Oito dentre os 19 sujeitos, perceberam a seqüência -ando, do gerúndio, em detrimento da seqüência realizada, [ãtu]; e 10 ouviram [beyʒ] para a seqüência fônica [peʒ]. Não foi pronunciado um ditongo, mas 10, dentre os 19, ouviram-no. Não foi pronunciada uma bilabial sonora, mas 15 sujeitos ouviram-na; não foi pronunciada uma dental sonora, mas 8 sujeitos ouviram-na.

Ocorrências de grafias que recuperam partes de palavras ou morfemas da língua

Com prejuízo da estrutura segmental			
beij para [peʒ]	[peʒ'ãtu]	beijjantu	8 / 19
-ilha#* para ['ilya]#	['frilya]	frilha	10 / 18
-ando# para [ãtu]#	[peʒ'ãtu]	beijando	8 / 19
		Total	26 / 56 = 46%
Sem prejuízo da estrutura segmental			
hor para [ɔr]	[o'rita]	horita	8 / 17
-el#* para [ew]#	[hõ'sihew]	concínel	12 / 19
-alho#* para [aʎu]#	['fraʎu]	fralho	13 / 19
		Total	33 / 55 = 60%

* Ortograficamente, -el, representando [ew] é bem mais freqüente do que -eo; -alho é mais freqüente do que -álio.

É relevante o fato de que ao indagarmos, durante a discussão seguida ao ditado, por que alguns haviam escrito [o'rita] com *h*, a resposta foi que haviam lembrado da palavra *hora*.

3.1 Estratégias mnemônicas (recuperação de seqüências gráficas acentuadas)

Observamos anteriormente que a observância às regras de acentuação no total das palavras foi apenas de 38%. No entanto, na acentuação de seqüências gráficas produtivas na língua esse percentual sobe para 83%, como se pode ver no quadro seguinte.

Tais resultados parecem mostrar que seqüências gráficas acentuadas freqüentes na língua são aprendidas em bloco e transferidas para integrar outras seqüências maiores de que fazem parte. Não são as regras de acentuação que orientam a colocação do acento. Se o fossem, a baixa freqüência de acentos em palavras que os exigem (38%) não ocorreria.

ria. Tampouco se constataria a disparidade entre acentos em palavras sujeitas a diferentes regras e acentos em palavras constituídas por blocos acentuados.

Blocos	Palavras ditadas	Grafias acentuadas	
-álio# para [a'liu]#	['fra'liu]	frálio	6 / 6
-ília# para ['i'liya]#	['frliya]	frília	5 / 8
-óia# para ['o'ya]#	[ʒu'to'ya]	jutóia	5 / 8*
-ácia# para ['a'sya]#	[pɔ'rasya]	porácia	7 / 8*
-érico para ['eriku]		fatérico	17 / 18
		Total	40 / 48 = 83%

Conclusões

Os resultados amostrais sugerem que:

- A estrutura segmental de pseudopalavras, constituídas por sílabas estruturadas segundo a fonologia do português, sofre alterações em sua codificação, mesmo quando tais sílabas são transcritas por falantes nativos com relativa proficiência na língua escrita (professores de Língua Portuguesa de 2º grau).
- Na escrita de pseudopalavras, sujeitos com experiência na explicitação de regras ortográficas, apesar de instados a considerar as convenções ortográficas de sua língua, com frequência desprezam-nas, infringindo as regras de variação distribucional, as de acentuação gráfica e as que regulam o emprego de determinados grafemas.
- As estratégias predominantes na escrita de pseudopalavras são as que permitem associar blocos constitutivos de tais palavras a outros blocos, com frequência produtivos na língua.

Relacionando esses resultados de adultos aos de criança, podemos supor que quando as imagens acústicas e gráficas das palavras não são familiares é bastante difícil realizar, com precisão, a análise fonológica da palavra. No caso dos adultos desse experimento, as seqüências fônicas ditadas jamais haviam sido vistas representadas graficamente e estavam sendo ouvidas pela primeira vez. No entanto, todas as sílabas constitutivas dessas palavras seguramente já foram ouvidas ou vistas em palavras da língua. Conhecer as sílabas isoladas, assim como conhecer os fonemas e seus correspondentes gráficos não basta, portanto, para identificar e transcrever um todo desconhecido.

Tomemos, por exemplo, a seqüência [hõ'sihew] (com 89% de modificação na estrutura segmental),

cujas estruturas silábicas são encontradas em posição inicial, medial ou final de palavra: **ronda**, **corromper**, **ronrom**; **sítio**, **concílio**, **ressarci**; **reunir**, **sorrelfa**, **correu**. Apesar de as três sílabas, fonologicamente, terem estruturas similares (onset com apenas uma consoante e núcleo com vogal ou ditongo), suas representações ortográficas são bastante diversificadas, dependendo da posição ocupada por cada uma delas e também dependendo dos elementos que as antecedem ou a elas se seguem.

Toda essa complexidade dificulta a consideração pelas regras ortográficas, que exigem pensar sobre o que já foi escrito e o que será escrito após aquilo que está sendo escrito. A sobrecarga cognitiva imposta parece-nos impossibilitar tal consideração e isto é o que este estudo parece demonstrar.

Se em adultos experientes a inobservância a regras é constatada, se adultos experientes ouvem de modo diversificado uma mesma forma fonológica, que esperar de crianças inexperientes que estão ainda construindo a língua falada, adquirindo novas palavras, ouvindo realizações fonéticas diversas das mesmas palavras, freqüentemente palavras que ainda não viram escritas? Assim como se passa com os adultos diante de pseudopalavras, para elas muitas das palavras ouvidas são instáveis. E a sua escuta dificilmente é neutra (depende do que já se conhece). Para dar estabilidade a seqüências ouvidas, a imagem da palavra escrita parece ser o principal veículo, tanto para a reconstituição de palavras inteiras como também dos blocos que as constituem.

Bibliografia

- KRASHEN, Stephen D. (1982). *Principles and practice in second language acquisition*. Oxford, Pergamon Press.
- MOREIRA, Nadjá Ribeiro (1986). Restrições contextuais na codificação e decodificação. D. E. L. T. A., vol.2, no. 2, pp.265-275.
- _____. (1991). *O nome próprio na aquisição da escrita - a construção da nasal pré-consonantal*. São Paulo, PUC. Tese de Doutorado.

Referência

- DREYER, Lois G., LUKE, Stephan D. e MELICAN, Eileen K. (1995). Children's acquisition and retention of word spellings. In V.W. Berninger (Ed.) *The varieties of orthographic knowledge - relationships to phonology, reading, and writing*. Vol.II, p. 291-320.